CONDIÇÕES PADRÃO **PROPOSTA INICIAL DA EQUIPE**

I. INTRODUÇÃO

A presente proposta inicial descreve as categorias propostas para as condições padrão a serem incluídas nas aprovações do Conselho de Implantação de Instalações de Energia (“Conselho de Implantação” ou “EFSB”) para instalações de infraestrutura de energia limpa, em conformidade com os requisitos da “Lei de promoção de uma rede de energia limpa, promovendo a equidade e protegendo os contribuintes” (“Lei Climática de 2024” ou “Lei”). A Lei Climática de 2024 encarrega o Conselho de Implantação de emitir uma única licença consolidada que inclua todas as licenças estaduais, regionais e locais que uma instalação de infraestrutura de energia limpa precisaria obter para iniciar a construção e a operação.

A Lei Climática de 2024 exige que o Conselho de Implantação estabeleça condições e requisitos de licença, por meio de regulamentações, para diferentes tipos e tamanhos¹ de instalações de infraestrutura de energia limpa *em caso de aprovação construtiva*.² [Lei Climática de 2024, Seção 74](#). Aprovação construtiva significa que um projeto recebe automaticamente uma licença consolidada porque o Conselho de Implantação não emitiu uma decisão dentro de seus prazos legais (ou seja, 12 e 15 meses). A Lei Climática de 2024 exige explicitamente que, para uma aprovação construtiva, o Conselho de Implantação emita uma licença que inclua essas “condições comuns”. [Lei Climática de 2024, Seção 74](#).

Ao longo de um processo do Conselho de Implantação, as agências de licenciamento estaduais, regionais e locais relevantes apresentarão as condições de licenciamento recomendadas. Após a emissão, cada agência de licenciamento estadual, regional e local aplicará as partes relevantes (incluindo as condições) da licença consolidada do EFSB que correspondem à autoridade de licenciamento administrada por tais agências. [Lei Climática de 2024, Seção 74](#).

A equipe do Conselho de Implantação elaborou esta proposta inicial para obter informações das principais partes interessadas sobre o tópico das condições padrão, em preparação para o desenvolvimento das regulamentações propostas. A proposta inicial recomenda três categorias de condições padrão: (1) condições universais aplicáveis a todas as decisões e aprovações construtivas; (2) condições adicionais aplicáveis a aprovações construtivas; e (3) condições adicionais aplicáveis a tecnologias específicas.

¹ Grandes instalações de infraestrutura de energia limpa e pequenas instalações de infraestrutura de energia limpa são definidas na Lei Climática de 2024 e são mutuamente exclusivas. [Lei Climática de 2024, Seções 57-58](#).

² O Departamento de Recursos Energéticos (Department of Energy Resources - DOER) é responsável por estabelecer condições padrão para pequenas instalações de infraestrutura de energia limpa em caso de aprovação construtiva. Lei Climática de 2024, Seções 17, 19, 23.

II. CONTEXTO DA PROPOSTA INICIAL

Atualmente, o Conselho de Implantação emite decisões que aprovam, aprovam com condições ou negam propostas de instalações de energia de grande porte. Na prática, todas as decisões finais do Conselho de Implantação que aprovam uma instalação estão sujeitas a condições desenvolvidas pelo Conselho de Implantação em resposta a questões levantadas durante o processo. Para atender à obrigação legal existente do Conselho de Implantação (para garantir um fornecimento confiável de energia, com o mínimo de impacto ambiental, ao menor custo possível) e à obrigação legal revisada nos termos da Lei Climática de 2024, as decisões finais do Conselho de Implantação normalmente exigem o cumprimento de várias condições. G.L. c. 164, § 69H. A Lei Climática de 2024 expande a obrigação legal do Conselho de Implantação e acrescenta fatores adicionais para consideração.³ As condições de aprovação impostas pelo EFSB geralmente incluem requisitos para que o proponente do projeto:

- Adote um processo, equipamento ou operações que estejam em conformidade com todas as leis relevantes e compromissos do proponente;
- Realize testes de confirmação dos impactos ambientais especificados e atinja e mantenha a conformidade;
- Trabalhe com as partes interessadas da comunidade (por exemplo, autoridades municipais) para estabelecer e executar planos de comunicação adequados; e
- Considere as condições futuras do local (por exemplo, aumento do nível do mar) e forneça atualizações por escrito ao Conselho de Implantação, conforme orientado.

O Conselho de Implantação também emite Certidões de Impacto Ambiental e Interesse Público (“Certidão”), que são licenças consolidadas para instalações de energia. Em uma Certidão, o Conselho de Implantação geralmente inclui condições de licença recomendadas pelas

³ A Lei Climática de 2024 modificou a obrigação do Conselho de Implantação para incluir fatores adicionais para análise e equilíbrio. Especificamente, o Conselho de Implantação deverá considerar se a instalação de energia irá: “(i) fornecer energia **confiável, resiliente** e limpa em conformidade com as políticas e requisitos de redução de gases de efeito estufa e mudanças climáticas do estado; (ii) garantir que as grandes instalações de infraestrutura de energia limpa, as pequenas instalações de infraestrutura de energia limpa, as instalações e as instalações petrolíferas evitem ou minimizem ou, se não for possível **evitar ou minimizar os impactos, mitiguem os impactos ambientais e os impactos negativos à saúde** na medida do possível; (iii) garantir que as grandes instalações de infraestrutura de energia limpa, as pequenas instalações de infraestrutura de energia limpa, as instalações e as instalações petrolíferas estejam, na medida do possível, **em conformidade com as políticas energéticas, ambientais, de uso da terra, trabalhistas, de justiça econômica, de justiça e equidade ambiental e de saúde e segurança públicas** do estado, suas subdivisões e seus municípios; e (iv) garantir que as grandes instalações de infraestrutura de energia limpa, as pequenas instalações de infraestrutura de energia limpa, as instalações e as instalações petrolíferas sejam construídas de modo a **evitar ou minimizar os custos.**” Lei Climática de 2024, Seção 60 (grifou-se).

agências de licenciamento que, na ausência da Certidão, emitiriam uma licença.⁴ A análise das instalações de energia pelo Conselho de Implantação também inclui a análise de quaisquer documentos relacionados à Lei de Política Ambiental de Massachusetts (Massachusetts Environmental Policy Act, - MEPA), que normalmente incluem a proposta “Conclusões sobre Mitigação e a Versão Preliminar da Seção 61⁵” que o Secretário recomenda para inclusão no licenciamento da agência estadual. O Conselho de Implantação considera, e frequentemente usa, essas propostas de medidas de mitigação nas condições incluídas em suas decisões.

Para identificar possíveis condições padrão, a equipe do Conselho de Implantação realizou uma análise abrangente de decisões finais anteriores do Conselho de Implantação e de documentos da MEPA correspondentes. A equipe do Conselho de Implantação também está colaborando com as agências de licenciamento e o Departamento da MEPA para obter condições padrão que possam ser aplicadas a partes de futuras licenças consolidadas que sejam relevantes para seus programas e licenças. A equipe do Conselho de Implantação também analisou padrões de desempenho relevantes de algumas agências, como os padrões de construção para instalações de energia solar que se qualificam no programa SMART. 225 CMR 20.05(5)(e).

Conforme mencionado acima, a Lei Climática de 2024 exige que o DOER estabeleça condições padrão para licenças locais consolidadas para pequenas instalações de infraestrutura de energia limpa. Portanto, o Conselho de Implantação espera trabalhar em estreita coordenação com o DOER para garantir que haja consistência adequada entre os requisitos desenvolvidos por ambas as agências. As condições padrão propostas devem incluir condições que:

- Apliquem um padrão uniforme mínimo a todas as instalações de infraestrutura de energia limpa propostas⁶ durante a fase pós-decisão de um processo do Conselho de Implantação, que seria baseado em recomendações de agências estaduais e locais ao Conselho de Implantação;
- Garantam que, no caso de aprovação construtiva, uma instalação de infraestrutura de energia limpa ainda atenda à obrigação legal do Conselho de Implantação;

⁴ A principal diferença entre um processo de Certidão e a licença consolidada estabelecida pela Lei Climática de 2024 é que a Certidão só é disponibilizada para um proponente de projeto que tenha recebido anteriormente uma aprovação de uma petição de construção do Conselho de Implantação para o mesmo projeto, enquanto o novo processo forneceria uma licença consolidada em um único processo.

⁵ A lei estadual exige que as agências avaliem o projeto e concluam que todas as medidas viáveis foram tomadas para evitar ou minimizar os impactos em questão, considerando os impactos das mudanças climáticas, incluindo emissões adicionais de gases de efeito estufa e efeitos, como o aumento previsto do nível do mar. G.L. c. 30, § 61.

⁶ O Conselho de Implantação ressalta que muitas das condições padrão também podem ser impostas em decisões para instalações de infraestrutura de energia não limpa (por exemplo, instalações de combustíveis fósseis), embora não seja exigido pela Lei Climática de 2024.

- Abordem os impactos específicos da tecnologia com medidas adequadas de minimização e mitigação;
- Sejam prontamente aplicadas por outras agências de licenciamento estaduais, regionais e locais assim que uma decisão final seja emitida ou uma aprovação construtiva seja acionada; e
- Sejam prontamente compreendidas pelos proponentes do projeto e seus sucessores, que serão responsáveis pelo cumprimento de tais condições.

III. PRINCIPAIS COMPONENTES DESTA PROPOSTA INICIAL

Para atingir os objetivos declarados pelo Conselho de Implantação acima, o Conselho de Implantação propõe desenvolver três categorias de condições padrão com níveis variados de especificidade:⁷

- **Condições Padrão Universais de Nível 1:** Condições padrão que se aplicariam a todas as licenças consolidadas, incluindo aquelas por aprovação construtiva.⁸ As informações fornecidas por outras agências de licenciamento ajudarão a garantir que as condições necessárias para atender às responsabilidades do programa e das licenças dessas agências sejam incluídas nas regulamentações e orientações do EFSB. Essas agências também têm a oportunidade de fornecer condições de licença adicionais recomendadas para projetos específicos durante a fase probatória dos processos do EFSB.
- **Condições de Aprovação Construtiva de Nível 2:** Condições adicionais que se aplicariam apenas no caso de emissão de licença consolidada pelo EFSB por aprovação construtiva. A licença Consolidada por aprovação construtiva incluiria tanto as Condições de Licença Construtiva quanto as Condições Padrão Universais. As informações fornecidas por outras agências de licenciamento ajudarão a garantir que as condições necessárias para atender às responsabilidades do programa e das licenças dessas agências sejam incluídas nas regulamentações e orientações do EFSB.
- **Condições Específicas de Tecnologia de Nível 3:** Condições padrão específicas de tecnologia, quando aplicável.

O Conselho de Implantação espera que as condições padrão continuem a ser aprimoradas ao longo do tempo e refletidas em atualizações de regulamentos e orientações.

IV. DETALHES DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DA PROPOSTA INICIAL

⁷ O Conselho de Implantação ressalta que outras agências terão a oportunidade de apresentar Declarações de Condições de Licença Recomendadas específicas para o projeto. Lei Climática de 2024, Seção 74.

⁸ As decisões atuais do Conselho de Implantação já incluem muitas dessas condições, como requisitos para planos de envolvimento comunitário para atividades durante a construção. Consulte, por exemplo, [Greater Cambridge Energy Program, EFSB 22-03/D.P.U. 22-21, em 224, Condição G.](#)

A. Nível 1 – Condições Padrão Universais

As Condições Padrão Universais se aplicariam a todas as instalações de energia. Essas condições estabelecem uma expectativa mínima do Conselho de Implantação e de outras agências de licenciamento para o proponente do projeto ou seus sucessores. Veja a seguir alguns exemplos, mas não uma lista completa, de tais condições:

Condições Padrão Universais de Nível 1	
Tópico	Disposição
Início do Projeto Mudanças do Projeto	<p>Como as questões abordadas nesta Decisão em relação ao Projeto estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo, a construção do Projeto proposto deve começar dentro de três anos a partir da data da Decisão.</p> <p>Além disso, o Conselho de Implantação ressalta que as conclusões desta Decisão são baseadas no registro deste caso. O proponente de um projeto tem a obrigação absoluta de construir e operar sua instalação em conformidade com todos os aspectos de seu Projeto, conforme apresentado ao Conselho de Implantação. Portanto, o Conselho de Implantação exige que a Empresa e seus sucessores informem ao Conselho de Implantação quaisquer alterações que não sejam pequenas variações na proposta, para que o Conselho de Implantação possa decidir se deve investigar mais a fundo uma questão específica. A Empresa e seus sucessores são obrigados a fornecer ao Conselho de Implantação informações suficientes sobre alterações no Projeto proposto para permitir que o Conselho de Implantação faça essas determinações.</p>
Conformidade com os regulamentos	<p>O Conselho de Implantação orienta a Empresa a cumprir todas as leis, regulamentos e portarias federais, estaduais e locais aplicáveis, dos quais a Empresa não tenha recebido isenções. A Empresa será responsável por garantir tal conformidade por parte de seus contratados, subcontratados ou outros agentes.</p>
Conformidade com todas as condições	<p>A Empresa e seus sucessores deverão cumprir todas as condições contidas nesta Decisão. Além disso, o Conselho de Implantação orienta a Empresa, no prazo de 90 dias após a conclusão do Projeto, a enviar um relatório ao Conselho de Implantação documentando a conformidade com todas as condições contidas nesta Decisão, indicando quaisquer condições pendentes que ainda não tenham sido atendidas e a data e o status esperados de conformidade.</p>
Estimativa de custo atualizada/certificada	<p>A Empresa deverá apresentar ao Conselho de Implantação, antes do início da construção, uma estimativa de custo atualizada e certificada para o Projeto. A Empresa também deverá informar imediatamente o Conselho de Implantação sobre aumentos significativos nos custos do Projeto além das faixas mencionadas nesta Decisão, em conformidade com a obrigação da Empresa de informar o Conselho de Implantação sobre quaisquer alterações que não sejam pequenas variações na proposta.</p>
Conformidade com o regulamento de veículos a diesel	<p>O Conselho de Implantação orienta a Empresa a garantir que todos os equipamentos de construção não rodoviários movidos a diesel com motores de potência igual ou superior a 50 cavalos e a serem usados por 30 dias ou mais durante a construção do Projeto sejam certificados de acordo com os padrões mais recentes de emissões dos níveis da EPA dos EUA ou tenham dispositivos de controle de emissões verificados pela EPA dos EUA (ou equivalentes), como catalisadores de oxidação, filtros de partículas ou outras tecnologias comparáveis (na medida em que estejam disponíveis comercialmente) instalados no lado do sistema de escape do motor de combustão a diesel.</p>
Conversão para veículos elétricos	<p>O Conselho de Implantação orienta a Empresa a considerar oportunidades em potencial para uso ou conversão para veículos elétricos e equipamentos elétricos para atividades de construção e a enviar um relatório ao Conselho de Implantação indicando a inclusão de veículos elétricos pela Empresa nos</p>

Condições Padrão Universais de Nível 1	
Tópico	Disposição
	seguintes momentos: 30 dias antes da construção, 180 dias após o início da construção e 90 dias após a conclusão da construção.
Plano de envolvimento comunitário	O Conselho de Implantação orienta a Empresa a implementar um plano de envolvimento comunitário para a construção do Projeto. O plano deve se basear nos esforços de engajamento da comunidade iniciados durante a fase de pré-apresentação e deve detalhar o acesso linguístico fornecido pela Empresa. A Empresa deverá disponibilizar o plano para a comunidade no máximo 90 dias antes do início da construção e deverá listar todos os grupos de residentes, empresas, autoridades e outros com os quais a Empresa realizará ações de envolvimento comunitário. Além disso, o(s) plano(s) deverá(ão) especificar procedimentos para fornecer notificação prévia aos residentes afetados em relação a: (a) o início programado, a duração e o horário da construção; (b) os métodos de construção específicos para determinadas áreas; (c) qualquer construção que a Empresa pretenda realizar e que, devido a circunstâncias incomuns, deva ocorrer fora do horário detalhado acima; e (d) quaisquer fechamentos ou desvios de ruas previstos. Além disso, o(s) plano(s) deverá(ão) detalhar os métodos de comunicação que a Empresa empregará em seus esforços de engajamento.
Horas de trabalho permitidas para construção	O horário normal de trabalho de construção da Empresa será das 7h às 19h de segunda a sexta-feira e das 9h às 18h aos sábados. O horário normal de trabalho de construção não incluirá domingos ou feriados legais, estaduais ou federais. Caso a Empresa precise estender o trabalho de construção além dos horários e dias mencionados acima, com exceção de circunstâncias emergenciais em um determinado dia que exijam horas estendidas, a Empresa deverá buscar autorização por escrito da autoridade municipal relevante antes do início do trabalho e fornecer ao Conselho de Implantação uma cópia dessa autorização. Se a Empresa e as autoridades municipais não conseguirem chegar a um acordo sobre a extensão do horário de construção, a Empresa poderá solicitar autorização prévia do Conselho de Implantação e deverá fornecer ao município relevante uma cópia de tal solicitação. Trabalhos que exijam uma duração contínua maior do que o horário normal de trabalho de construção estão isentos desses horários. A Empresa deverá informar imediatamente o Conselho de Implantação e o(s) [município/municípios/outros] sobre qualquer trabalho emergencial que ocorra fora do horário normal de trabalho de construção.

B. Nível 2 – Condições de Aprovação Construtiva

Conforme observado acima, as Condições de Aprovação Construtiva se aplicariam além das Condições Padrão Universais caso o Conselho de Implantação não emitisse uma decisão final antes de seus prazos legais. Se uma aprovação construtiva for aplicável, as condições de Nível 2 serão acionadas, além das Condições de Nível 1 e de quaisquer Condições de Nível 3 relevantes para a tecnologia específica em questão. Veja a seguir alguns exemplos, mas não uma lista completa, de tais condições:

Condições de Aprovação Construtiva de Nível 2	
Tópico	Disposição
Escavação/descarte de materiais contaminados	O Conselho de Implantação orienta a Empresa a cumprir todas as leis federais e estaduais aplicáveis relativas à escavação e ao descarte de quaisquer solos contaminados encontrados durante a construção do Projeto.
Alternativas a SF₆	Se for proposto o uso de hexafluoreto de enxofre (SF ₆) nos equipamentos da instalação, durante toda a vida útil da instalação, a Empresa deverá investigar

Condições de Aprovação Construtiva de Nível 2	
Tópico	Disposição
	alternativas ao uso de SF6 na instalação e, sempre que possível, empregar tais alternativas. Além disso, a Empresa deverá informar o Conselho de Implantação se/quando forem identificadas alternativas viáveis.
Espumas de supressão de incêndio/PFAS	Se forem usadas espumas para supressão de incêndio na instalação, o Conselho de Implantação orienta a Empresa a garantir que espumas não-PFAS sejam utilizadas, na medida em que tais produtos estejam disponíveis comercialmente, sejam eficazes e estejam em conformidade com os requisitos relevantes de 310 CMR 112. Além disso, a Empresa deverá fornecer ao Conselho de Implantação [dentro do prazo] uma ficha de dados de segurança ou outra demonstração que comprove que quaisquer espumas de outros materiais de supressão de incêndio armazenados na instalação não contêm PFAS.
Mitigação: substituição de zonas úmidas	Se zonas úmidas forem permanentemente alteradas, o Conselho de Implantação orienta a Empresa a substituir as zonas úmidas permanentemente alteradas na mesma proporção, próximo ao corpo d'água relevante, em uma quantidade pelo menos igual à quantidade das zonas úmidas permanentemente alteradas, ou conforme especificado nos regulamentos do MassDEP.
Mitigação de iluminação	O Conselho de Implantação orienta a Empresa a usar medidas de mitigação de iluminação (por exemplo, desligar as luzes quando não estiverem em uso, detectores de movimento, reguladores de intensidade, luminárias com proteção, lâmpadas de cores quentes).
Mitigação de inundações e aumento do nível do mar	O Conselho de Implantação orienta que, a cada cinco anos a partir da data de operação da instalação, a Empresa deverá analisar as projeções municipais, estaduais e federais, conforme aplicável, sobre o aumento do nível do mar e enviar um relatório ao Conselho de Implantação avaliando a necessidade, a adequação e o custo da implementação de medidas adicionais de mitigação de inundações na [instalação] para proteger a [instalação] contra inundações. Na elaboração de cada relatório, a Empresa deverá consultar agências, incluindo, entre outras, autoridades municipais, o Departamento de Gestão da Zona Costeira, a Agência de Gerenciamento de Emergências de Massachusetts e o Departamento de Proteção Ambiental. O Conselho de Implantação analisará cada relatório e determinará se alguma das medidas adicionais de mitigação de inundação é necessária e apropriada.
Planos de Resposta a Emergências (“ERPs”)	O Conselho de Implantação orienta a Empresa a desenvolver um plano de resposta a emergências (emergency response plan - ERP) que deverá: (1) ser desenvolvido em consulta com as autoridades locais de segurança pública; e (2) exigir uma coordenação estreita entre a Empresa e os socorristas para garantir que eles sejam totalmente informados sobre ocorrências de emergência e entendam como lidar com tais ocorrências sem assumir riscos pessoais desnecessários. O ERP deverá incluir: (1) tipos e layouts de equipamentos sem comprometer as informações críticas de energia/infraestrutura elétrica; (2) fichas de dados de segurança para materiais usados ou armazenados no local; (3) um plano de combate a incêndios com procedimentos de resposta sugeridos para várias condições de emergência; e (4) as tarefas de resposta a emergências que serão realizadas e concluídas pelo operador da(s) instalação(ões).

C. Nível 3 – Condições Especializadas

As Condições Especializadas conteriam medidas de mitigação específicas de tecnologia, que se aplicariam automaticamente a determinados tipos de instalações de energia. Veja a seguir alguns exemplos dessas condições:

Condições Específicas de Tecnologia de Nível 3		
Tópico	Tecnologia/Cenário	Disposição
Eletricidade da costa para navios	Tecnologia: Linhas de transmissão de energia eólica offshore	O Conselho de Implantação orienta a Empresa a: (i) usar eletricidade da costa para navios enquanto estiverem atracados, sempre que possível; (ii) avaliar a viabilidade de fornecer eletricidade da costa para navios próximos à costa para minimizar ou eliminar a necessidade de motores a bordo para gerar energia a partir de combustíveis fósseis; e (iii) enviar relatórios que indiquem a capacidade da Empresa de usar operações da costa para navios 30 dias antes da construção, 180 dias após o início da construção e 90 dias após a conclusão da construção.
Testes de campos magnéticos	Tecnologia: Linhas de transmissão, subestação	O Conselho de Implantação orienta a Empresa a realizar testes de campos magnéticos [no(s) local(is)], que deverão ocorrer: (i) pelo menos 30 dias antes do início da construção para estabelecer uma linha de base; (ii) 180 dias após o início da construção; e (iii) 1 ano após o início das operações da instalação. Para cada um dos três marcos indicados acima, a Empresa deverá apresentar ao Conselho de Implantação um relatório que detalhe: (i) os resultados dos testes de campos magnéticos; (ii) se os resultados são compatíveis com as medições de campos magnéticos projetadas ou previstas; (iii) quaisquer medidas de remediação necessárias para retificar inconsistências; e (iv) se tais medidas de remediação (se necessárias) são justificáveis.

V. SOLICITAÇÃO DE COMENTÁRIOS

O Conselho de Implantação aceita comentários sobre todo e qualquer conteúdo da proposta inicial acima e sobre toda e qualquer pergunta abaixo:

1. [Para agências de licenciamento:⁹] Que Condições Padrão Universais (Nível 1) sua agência recomenda para inclusão em futuras licenças consolidadas do Conselho de Implantação para refletir funções e requisitos essenciais de sua agência?
2. [Para agências de licenciamento:] Que Condições de Aprovação Construtiva (Nível 2) sua agência recomenda para inclusão em futuras licenças consolidadas do EFSB por aprovação construtiva para refletir funções e requisitos essenciais de sua agência?
3. [Para agências de licenciamento:] Quais licenças de sua agência, se houver, devem ser isentas de inclusão em futuras licenças consolidadas do Conselho de Implantação, e qual é a base legal ou prática para tal exclusão?
4. [Para agências de licenciamento:] Como você propõe que o Conselho de Implantação considere a Declaração de Condições Recomendadas específica do projeto de uma agência no caso de uma aprovação construtiva?
5. As condições padrão de licença devem ser fixas ou devem oferecer uma gama razoável de opções, quando aplicável?

⁹ “Agências de licenciamento” se referem a todas as entidades de licenciamento estaduais, locais e regionais. O Conselho de Implantação aceita comentários de todas essas entidades sobre as perguntas indicadas.